

Anatomia de uma crise: globalização, neoliberalismo e extrema-direita no Brasil

Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira¹

Marcos do Vale Araújo²

Lucca Giannini Palermo Moreno Belfi³

Resumo: O fenômeno da globalização produziu classes favorecidas e integradas às cadeias globais de produção, bem como classes marginalizadas alheias a esses processos. Ademais, gerou a desintegração de vínculos sociais e coletividades, estimulando a ascensão de uma gama de mobilizações *anti-establishment*, sobretudo de extrema-direita. O caso brasileiro é particularmente sintomático desta conjuntura, onde, desde o início dos anos 2010, foi possível verificar um conjunto de forças reacionárias que ascenderam no âmbito da sociedade civil e política, contribuindo para consolidação do atual governo de Jair Bolsonaro. Com base neste contexto, se coloca a seguinte pergunta: a ascensão do movimento reacionário de extrema-direita no contexto político brasileiro estabeleceu as bases para resistência aos efeitos da globalização e da formação de uma estrutura social alternativa? A partir de um estudo de caso à luz da Teoria Crítica Neogramsciana, são investigados os processos que ocasionaram a ascensão da atual extrema-direita brasileira e como eles se inserem em um contexto de crise da ordem mundial liberal e da globalização. O trabalho conclui que houve uma convergência de interesses entre setores da sociedade brasileira e grupos capitalistas transnacionais,

¹ Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³ Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

recompondo um bloco histórico alinhado com as dinâmicas da ordem (neo)liberal posta e ascendida desde os anos 1990.

Palavras-Chave: Extrema-Direita. Ordem Mundial. Neoliberalismo.

Abstract: The globalization phenomenon has produced favored and integrated classes into the global production chains, as well as marginalized classes alien to these processes. Furthermore, it generated the disintegration of social bonds and collectivities, stimulating the rise of a series of anti-establishment mobilizations, especially far-right ones. The Brazilian case is particularly symptomatic of this conjuncture, where, since the early 2010s, it has been possible to verify a set of reactionary forces that have risen within civil and political society, contributing to the consolidation of Jair Bolsonaro's current government. Based on this context, the following question arises: did the rise of a far-right reactionary movement in the Brazilian political context establish the basis to resist the effects of globalization and the formation of an alternative social structure? Based on a case study in light of the Neo-Gramscian Critical Theory, the processes that led to the rise of the current Brazilian far-right are investigated, as well as their insertion in a context of crisis of the liberal world order and globalization. This paper concludes that there was a convergence of interests between sectors of the Brazilian society and transnational capitalist groups, recomposing a historical block aligned with the dynamics of the (neo)liberal order established and ascended since the 1990s.

Keywords: Far-Right. World Order. Neoliberalism.

Introdução

Se tudo se torna capitalista, obrigatoriamente a contradição se instala, né?

Milton Santos, Encontro com Milton Santos, 2001

A partir da chamada Teoria Crítica Neogramsciana (TCN), entendemos que, se a globalização e o projeto neoliberal a ela associada alcançaram uma condição hegemônica nos anos 1990, refletido pela

visão de Fukuyama de que o ‘fim da história’ havia sido alcançado com a vitória do modo de produção capitalista, também temos que as contradições e os dilemas da globalização foram motores para tentativas de revolta às suas dinâmicas, que logo começaram a surgir. Parte destas tentativas seriam, supostamente, movimentos de extrema-direita inspirados em ideais antiglobalistas e reacionários, que veriam nas instituições e nos padrões de governança multilateral um movimento empreendido por elites transnacionais com vistas a corroer a sacralidade do Estado-Nação. A conjuntura política e econômica do Brasil contemporâneo, se considerarmos o marco temporal iniciado nos anos 2010, é ilustrativa de um cenário em que a extrema-direita se fortaleceu e abriu espaços para atores reacionários ascenderem no plano doméstico, culminando na consolidação do atual governo de Jair Bolsonaro.

No entanto, apesar de suas narrativas mobilizadas sugerirem uma espécie de resistência contra-hegemônica às forças transnacionais ligadas à ordem mundial neoliberal, a realidade se torna um pouco mais complexa. Centrando a análise no caso brasileiro, aqui argumentamos que estes movimentos reacionários não objetivam, de fato, materializar resistências e alternativas contra-hegemônicas àqueles que se beneficiaram diretamente da globalização neoliberal. Pelo contrário, as ideologias que os mobilizam em nada derivam de um caráter genuinamente emancipador e alternativo, acabando por apenas reafirmar uma estrutura que favorece o *status-quo* de influência e poder de elites transnacionais capitalistas.

Com relação à estruturação do artigo, o trabalho está organizado em quatro seções. A primeira seção busca discorrer sobre o estado da arte da TCN, apresentando conceitos que auxiliam na ilustração dos motivos de uma visão crítica e ampliada sobre o Estado auxiliar na compreensão da globalização e de seus efeitos associados. A segunda seção contextualiza o neoliberalismo em uma perspectiva histórica, com vistas a demonstrar como forças ligadas ao projeto neoliberal alcançaram uma situação de hegemonia, e como essa hegemonia passou por contradições e contestações em um cenário de crise da

ordem mundial. A terceira seção versa sobre a reação de movimentos de extrema-direita nesta conjuntura de crise, conectando com a realidade brasileira na medida em que se levantam os antecedentes da ascensão destas forças nas estruturas administrativas do Estado, bem como seus reflexos posteriores nos âmbitos doméstico e internacional, sendo este último aspecto o foco da quarta seção. A partir deste ponto é que verificamos uma convergência entre atores domésticos e elites capitalistas transnacionais, inviabilizando perspectivas de transformação da ordem neoliberal, a partir da análise do caso brasileiro. Em termos metodológicos, o trabalho consiste em um estudo de caso, com caráter majoritariamente qualitativo, estando amparado pela análise de livros e artigos relacionados à globalização, neoliberalismo e extrema-direita.

A teoria crítica neogramsciana e a ordem mundial: conceitos para uma análise

A TCN busca resistir às concepções de um sistema internacional compreendido por Estados blindados às pressões domésticas, convencionalmente referidos como “caixas pretas”, e concebe a política global como uma “construção coletiva que evolui por meio da complexa interação de forças estatais, subestatais e transnacionais nas esferas econômica, cultural e ideológica” (FERREIRA, 2018, p. 2, tradução nossa). De modo a compreender a base lógica pela qual opera esta interação de forças, aqui consideramos quatro conceitos trabalhados dentro da TCN que são de particular relevância para uma análise crítica da ordem mundial e da própria definição do Estado: (1) estrutura; (2) hegemonia; (3) bloco histórico; e (4) complexo Estado/sociedade.

Neogramscianos entendem a estrutura como uma correlação de forças, fruto da ação coletiva humana, que influencia as capacidades materiais e ideologias dos agentes (estatais ou não), e são influenciadas por elas, em um processo de mudança histórica (GILL, 2008).

Mais precisamente, a estrutura pode ser definida como “o aspecto intersubjetivo de ideias, ideologias e teorias, instituições sociais, e um sistema socioeconômico prevalecente com um conjunto de relações de poder” (GILL, 2008, p. 17, tradução nossa).

A hegemonia pode ser vista como uma situação dentro da qual forças sociais específicas (classes) ascendem ao nível doméstico de um Estado e o internacionalizam, operando também no âmbito da ordem mundial, esta última sendo sustentada de forma consentida por atores subordinados ideologicamente e economicamente às ideias, capacidades materiais e instituições prevalecentes (COX, 1981; 1983; SINCLAIR, 1996; BIELER; MORTON, 2004; RAMOS, 2005). Nos alinhamos a Morton (2007) ao entendermos hegemonia como parte de um complexo dialético de elementos ‘nacionais’ e ‘internacionais’ que representam a expansão de um modo particular de produção em escala global.

Esta relação dialética entre os dois níveis de análise foi explorada por Gramsci (1971, p. 350, tradução nossa): “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação educativa e ocorre não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas no campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais”. Por conseguinte, a consolidação da hegemonia em uma estrutura histórica nos leva à compreensão do conceito de bloco histórico, desenvolvido por Gramsci e reutilizado por neogramscianos.

O bloco histórico representa o desenvolvimento interrelacionado e recíproco entre a ‘estrutura’ econômica e a ‘superestrutura’ ideológica, em processo dialético. Em termos mais específicos, ele representa a reciprocidade entre as relações sociais de produção e as ideias no âmbito das relações entre Estado e sociedade civil, visto que relações de produção não poderiam assegurar o poder de um grupo social sem articular ideias que garantam forma à estrutura econômica (GRAMSCI, 1971; RAMOS, 2005; MORTON, 2007). Sua relação com o conceito anteriormente apresentado se dá quando, ao buscar a construção ou contestação de uma hegemonia, forças sociais com interesses distintos necessitam ser aglutinadas para trazer uma integração em termos de

objetivos e crenças para a ação política (MORTON, 2007). Para Gramsci (1971), o bloco histórico representa justamente essa integração de uma variedade de ideias e interesses de classe distintos, no âmbito de uma formação bem-sucedida da hegemonia por certas forças sociais, ou por meio de alternativas e desafios contra-hegemônicos por classes sociais subalternas (MORTON, 2007).

Neogramscianos, como Robert Cox (1981; 1983) e Stephen Gill (2008), ressaltam no pensamento gramsciano que a construção de um bloco histórico não pode existir sem uma classe social hegemônica, já que a própria natureza do conceito é ligada à forma como várias forças sociais constroem ou contestam uma hegemonia por meio de estruturas políticas 'nacionais'. No entanto, mais relevante ainda para os propósitos deste trabalho é o aprofundamento realizado por tais autores na visão de Gramsci (1971) sobre os reflexos internacionais da hegemonia. A partir de sua consolidação no âmbito doméstico, ela pode se expandir para além de uma ordem social particular e se mover em direção ao âmbito global, moldando a ordem mundial (COX, 1983).

Nesse sentido, a partir da consideração dos processos de reestruturação do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980, dos movimentos de expansão da produção e consumo e da integração de forças econômicas globais no curso da globalização, a TCN vislumbra a emergência de um bloco histórico transnacional (GILL, 2008) ou de um bloco histórico capitalista global (ROBINSON, 2005). Tal concepção de bloco histórico representa não apenas a consolidação de vínculos entre interesses e identidades para além de fronteiras nacionais, mas também ilustra a criação das condições para a hegemonia do capital transnacional (MORTON, 2007).

Por fim, o complexo Estado/sociedade implica na análise das formas de Estado e como elas estão submetidas a um processo de mudança histórica, seja no âmbito da ordem mundial ou no cenário doméstico da sociedade civil (SINCLAIR, 1996). Este conceito analítico trazido por Cox (1981) busca contemplar as formas pelas quais processos produtivos “contribuem para ascensão de certas **forças sociais**,

como essas forças sociais podem se tornar as bases do poder em **formas de Estado** e como isso pode moldar a **ordem mundial**” (BIELER; MORTON, 2004, p. 89, tradução nossa, grifo nosso).

Observar como configurações particulares de forças podem agir em favor da consolidação de formas de Estado específicas, influenciando a ordem mundial, nos direciona à observação das características do bloco histórico capitalista global na contemporaneidade, erguido a partir da consolidação da forma de Estado hiper-liberal nos Estados Unidos, segundo a tipologia de Cox. Sobre esse ponto, da mesma forma que a globalização, enquanto processo produtivo de ideias e recursos materiais, foi capaz de impulsionar a criação de novas formas de relações de classes no âmbito transnacional em favor de elites que impulsionam esse projeto hegemônico, ela também gerou novas divisões e desigualdades globalmente e ao nível interno dos Estados, fato este indicativo das contradições e crises de hegemonia que não tardaram a surgir.

Ante fábula, ora perversão: a mutação da globalização para a transnacionalização neoliberal

Inúmeros são os teóricos que acreditam no potencial homogeneizador da globalização em torno de um modelo socioeconômico uníssono, afetando todos os aspectos das relações humanas, indo desde a ideia da ‘fábrica’ até a ‘aldeia global’ (IANNI, 2004). Esse processo era previsto por Marx e Engels no manifesto, como a ordem natural do capital:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. [...] No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. (MARX; ENGELS, 2015, p. 43).

É neste sentido que podemos reconhecer a primeira estrutura histórica capitalista (XVI – XIX). Ela poderia ser identificável, sob uma lente wallersteiniana, na Europa do século XVI, caracterizada pela transição do feudalismo ao mercantilismo. Contudo, tanto durante a fase mercantilista do capitalismo, quanto em sua fase industrialista do século XIX, ele ainda estava restrito às fronteiras físicas dos seus respectivos países. Embora o capitalismo seja “um modo de produção internacional”, é somente no século XX que ele se torna um modo de produção propriamente global (IANNI, 2004). Ocorreu, então, a primeira mutação da estrutura histórica antes capitalista, e, agora, capitalista global (1875-1945) (COX, 1983).

Esta mutação se deu no contexto do maior fluxo comercial interestatal já visto na história, impulsionado pelos avanços industriais, científicos e tecnológicos, bem como a crescente militarização e expansão dos imperialismos globalmente. Neste mesmo século, o capital se torna não somente global, mas passa a acentuar suas características homogeneizantes e acumuladoras. Os corolários da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos Estados Unidos da América (EUA) e dos aliados fornece as bases materiais e ideacionais para a transnacionalização de empresas norte-americanas que auxiliaram na reconstrução da Europa sob o Plano Marshall, assim como o estabelecimento de uma série de organizações internacionais (OIs) lideradas pelos EUA. Essas OIs são importantes pois:

(1) eles incorporam as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; (2) eles próprios são o produto da ordem mundial hegemônica; (3) legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial; (4) cooptam as elites dos países periféricos e (5) absorvem ideias contra-hegemônicas. (COX, 1993, p. 62, tradução nossa).

Sob esta ótica, a criação de órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI),

o Banco Mundial (BM) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), juntamente com o poderio militar e econômico estadunidense, gerou as condições sob as quais uma nova mutação ocorresse, gerando o bloco histórico transnacional ou globalista (1990 – atual) (GILL, 2008; ROBINSON, 2005). Este bloco possui como característica a ascensão do neoliberalismo como ideologia capaz de reciclar o capital, reintroduzindo-o para a perpetuação das configurações de poder para uma nova era. Contudo, não se trata de adotar um regime de acumulação neoliberal, mas de se ter uma sociedade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2013).

Tal mudança perpassa pela noção individualista e competitiva advinda da característica econômica da disputa por recursos escassos na qual o homem passa a ser apenas um agente do capital, em um sentido utilitário, como uma máquina que possa operar em prol do modelo econômico vigente. Sob esta ótica, o neoliberalismo pode ser entendido como uma evolução natural do capital, dado a tendência natural do capitalismo de:

[...] derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; i.e., para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro. [...] Aqui, aparece a tendência universal do capital que o diferencia de todos os estágios de produção precedentes (MARX, 2011, p. 445).

Contudo, não se trata de uma interpretação evolucionista do capital por parte de Marx, como algo independente da ação humana, sem agência; na verdade, se trata de um constante e crescente processo de acumulação levado a cabo pelas classes dominantes de um dado período histórico. Neste sentido, a lei da expansão do capitalismo se expande de forma paralela e potencializada através da ação humana.

Para os termos deste trabalho, o neoliberalismo, como modelo político-econômico não resulta de uma lei econômica natural. “Sua expansão não foi inevitável, mas também não foi acidental” (PANITCH; GINDIN, 2012). O caso brasileiro, como veremos, é reflexo direto deste processo.

Neoliberalismo e autoritarismo no Brasil: da Lava-Jato à Jair Bolsonaro

Wendy Brown empenha-se em tentar entender a correlação entre o neoliberalismo autoritário e a ascensão da extrema-direita, analisando as motivações pelas quais uma onda avassaladora de movimentos e líderes de extrema-direita ascenderam no cenário internacional na segunda década do século XXI. Baseada na experiência dos EUA, a autora percebeu um padrão social específico, se tratando de uma população branca⁴, sem ensino superior, cristã e de classe média, imbuída por descontentamento e raiva, que levou Donald Trump à presidência dos EUA em 2016. Trump teria sido capaz de mobilizar um “ressentimento de classe”, apoiando-se no rancor guardado por este estrato social estadunidense, que teria perdido o prestígio social, econômico, cultural e político por conta dos “últimos 40 anos de neoliberalismo e globalização” (BROWN, 2018).

Brown (2018) observa este fenômeno como uma reação contra o “destronamento socioeconômico”, que teria sido causado pela política econômica neoliberal. Portanto, esses trabalhadores brancos e de classe média estariam enfrentando um declínio do “status social”, vendo seus bons salários, boas escolas e habitação de qualidade cada vez mais presentes na memória de um passado não tão distante. Isso criou um sentimento de insatisfação política dessa classe contra o que Brown (2018) vai chamar de “usurpadores imaginários e obscuros”, que seriam uma espécie de espantalhos – tal qual uma cruzada quixotesca

⁴ Segundo a autora, 88% dos eleitores de Trump são brancos.

contra o Globalismo⁵. Dessa forma, a visão de futuro desta parte da população ficou comprometida, gerando um grande ressentimento, causado pelas políticas neoliberais, bem como o avanço da globalização e os efeitos socioeconômicos que estes processos causaram nos EUA.

Nesse sentido, observamos um padrão semelhante no caso brasileiro a partir das manifestações ocorridas em 2013, sobretudo as organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), que reivindicava a diminuição das tarifas dos transportes públicos em São Paulo, posteriormente ganhando espaço em todo o Brasil e servindo como um dos pontos de partida para a atual polarização política no país (SCHE-RER-WARREN, 2014). O aumento das tarifas foi o estopim à crescente insatisfação e decepção de setores da sociedade civil com o andamento do governo de Dilma Rousseff – e do Partido dos Trabalhadores (PT) –, especialmente no que diz respeito à pauta econômica, em constante contestação devido à crise enfrentada. Este cenário serviu como uma incubadora para o surgimento de movimentos políticos que demandavam pautas diversas, não somente por setores da própria esquerda, mas sobretudo da direita e extrema-direita. Por conseguinte, o grau de instabilidade político-institucional brasileira cresceu, simbolizado pelo nascimento de um sentimento antipetista muito arraigado.

Em 2014 iniciava-se a Operação Lava-Jato, aparato institucional que investigava práticas de corrupção na Petrobras e em outros órgãos governamentais. Pinto *et al.* (2017) dissecam alguns dos atores envolvidos na operação, bem como suas consequências ao cenário político-econômico brasileiro. Para os autores, a Lava-Jato elevou o grau de insegurança jurídica no país a tal ponto de estrangular “a ordem capitalista nos seus espaços nacionais”, na medida em que cria um cenário desprovido da segurança necessária “para exercer os direitos de propriedade, de contratos e para colocar em prática os meios

⁵ Este conceito diz respeito aos padrões liberais antinacionais e ao mercado globalizado, o qual, na visão dos antiglobalistas, corrói as democracias ao transferir processos decisórios nacionais para instituições internacionais ‘menos transparentes’, que seriam governadas por burocratas expatriados (MAGALHÃES, THOMAZ, 2021).

de negociação regulares entre os agentes privados e o Estado” (PINTO *et al.*, 2017, p. 30-31). Tal situação não somente “trava a acumulação e ameaça os interesses nacionais [...] gerando uma autodestruição das bases produtivas, econômicas e sociais necessárias a qualquer projeto de desenvolvimento nacional” (PINTO *et al.*, 2017, p. 30-31)⁶, mas também integra setores estratégicos da economia brasileira na esteira da acumulação capitalista transnacional.

A correlação entre a Lava-Jato e o capital transnacional se dá através da Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês), que repassou informações “sobre a corrupção na Petrobras e suas conexões com as empresas líderes da construção civil nacional” ao juiz Sérgio Moro, figura central da operação, monitorando e espionando “de forma sistemática as comunicações da Petrobrás, interessados na exploração em águas profundas da camada pré-sal – via Departamento de Justiça americano” (PINTO *et al.*, 2017, p. 32). Esta intervenção estadunidense via NSA facilita a mudança geográfica do poder de elites locais e regionais, para grupos favoráveis ao projeto transnacional (ROBINSON, 2005). As empresas transnacionais estrangeiras se utilizam deste cenário criado em benefício próprio, o qual lhes possibilitou, por exemplo, a desestabilização de empresas nacionais como a OAS e Odebrecht, a exploração do pré-sal e a venda de equipamentos para exploração por empresas como a norte-americana Halliburton (JABBOUR; PINTO; DANTAS, 2022, p. 7).

Estas empresas transnacionais estrangeiras, contudo, não são as únicas responsáveis pelo estabelecimento deste bloco histórico transnacional. Juntamente a estes atores, está a “superação de interesses econômicos estreitos por uma visão ou ideologia social mais universal, e a concreta coordenação dos interesses de outros grupos com aqueles

⁶ Isto não significa dizer que não havia um processo de neoliberalização da economia brasileira em curso durante os governos petistas e antecessores. A diferenciação se dá no âmbito da intensidade das mudanças ocorridas, uma vez que a Lava-Jato causou uma situação abrupta de crise socioeconômica nunca antes vista na história recente da política brasileira desde a redemocratização.

da classe líder ou a fração no processo de proteger sua participação nesta visão social” (ROBINSON, 2005, p. 12). Observando o caso brasileiro, esta ideologia seria justamente o neoliberalismo, dadas as políticas de privatização, reformas como a previdenciária, trabalhista, administrativa e o teto de gastos (JABBOUR; PINTO; DANTAS, 2022, p. 9), assim como o crescente processo de uberização do trabalho. Esta é a tendência do capital, que procura sistematicamente derrubar todas as barreiras à sua expansão, sejam estas físicas, jurídicas ou culturais, em vezes se valendo de meios violentos para tanto (HARVEY, 2007).

A análise do caso brasileiro torna este cenário cada vez mais evidente. Por mais contraditório que pareça, em um primeiro momento, o Estado não definiu seu grau de importância e atuação perante a sociedade, mas sim seu direcionamento e escopo. Neste sentido, a reestruturação capitalista neoliberal não representou uma desalienação, mas um redirecionamento da ação do Estado em favor da fração financeira mais globalizada do capital e da ofensiva capitalista contra direitos sociais e trabalhistas (PEREIRA, 2010; HARVEY, 2007; GILL, 2008; WOOD, 2003). Se trata da geração de uma contraditória ‘liberdade autoritária’ (BROWN, 2018). Em outras palavras, seria o chamado “Neoliberalismo autoritário”, caracterizado pela exacerbação das “tendências de neoliberalismo para fortalecer os aparatos coercitivos e de segurança do Estado para sustentar o sistema de acumulação, apesar de sua evidente incapacidade de realizar qualquer forma de prosperidade econômica compartilhada (BOFFO; SAAD-FILHO; FINE, 2019, p. 253)”. A especificidade dessa forma de autoritarismo, como veremos, não reside na formação de uma resistência contra-hegemônica de uma extrema-direita antiglobalista (ROBINSON, 2005) tal qual se autointitula no caso brasileiro, mas justamente de um movimento complacente com as tendências neoliberais, pseudonacionalistas.

Desta forma, concordamos com os argumentos dos autores brasileiros supracitados no que tange a relação causa-efeito entre a

Lava-Jato, a crise econômica brasileira⁷, e as manifestações políticas que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff, tendo a influência tanto de agentes políticos internos, quanto de agentes econômicos externos⁸. Apesar disto, não sustentamos que a polarização política, o antipetismo arraigado e o populismo iniciaram a sua atuação nesse período, visto que a insatisfação política presente no cenário brasileiro vinha sendo catalisada há muito tempo. Isto posto, consideramos que os eventos ocorridos em 2013 reaqueceram um ressentimento de certa parte da população brasileira, retroalimentando ideias extremistas (BROWN, 2018) e mobilizando demandas sociais não atendidas (LACLAU, 2005). Com isso, é justamente o desencadear dos fatos políticos gerados pelo período turbulento iniciado na década passada que ocasionou a consolidação de um pensamento de extrema-direita no Brasil. Essa seria a conjunção perfeita para que uma figura populista tomasse essas demandas para si, transformando-as em pautas para a sua campanha. São nessas circunstâncias que o atual governo brasileiro, liderado por Jair Bolsonaro, chegou ao poder.

A conspiração como método da política externa bolsonarista

Desde o começo de sua campanha presidencial, o governo Bolsonaro pretendeu estabelecer uma ruptura com o que vinha sendo desenvolvido tanto na política doméstica quanto na externa, pelos seus antecessores, principalmente os ex-presidentes ligados ao PT. No entanto, não era uma mera posição antagonica a seus antecesso-

⁷ Dentre as consequências econômicas da Lava-Jato, Azevedo (2021 apud PAULA; MOURA, 2021) estima que 7 milhões de empregos tenham sido perdidos, totalizando R\$ 142 bilhões em perdas.

⁸ Como Pinto *et al.* alertam “isso não significa dizer que há um cérebro da Lava Jato fora do país, mas sim que ocorreu convergências de interesses entre agentes externos e internos” (PINTO *et al.*, 2017, p. 32), influenciando o ressentimento político conservador e antipetista, no plano nacional, e integrando a Petrobrás e outras empresas como a Odebrecht numa situação de instabilidade política que favorece concorrentes no plano internacional.

res, mas, utilizando o campo da política externa como exemplo, uma postura contrária às diretrizes contidas no acumulado histórico diplomático brasileiro (CERVO, 2008). Sem surpresas, as eleições de 2018 foram bastante conturbadas, com acusações de fraudes, atentados contra candidatos e um volume gigantesco de *fake news*, juntamente com uma polarização mais fortificada. Durante sua campanha, Bolsonaro já dava indícios do teor de seu mandato: no campo doméstico, o presidente utilizou-se de uma narrativa liberal-conservadora, defendendo o jargão “conservador nos costumes, liberal na economia”, o que se refletiu em: 1) discurso de ódio contra minorias; 2) precarização da situação econômica através de medidas neoliberais; 3) fortalecimento do chamado “centrão” nas pautas políticas do país; e 4) má gestão durante a pandemia, com a narrativa de que não poderíamos priorizar apenas a vida, mas sim deveríamos dar atenção a economia.

No âmbito internacional, isso se refletiu na postura brasileira nas instituições internacionais e nas relações com outros Estados – tanto no cenário regional quanto global. O Presidente, juntamente ao ex-chanceler Ernesto Araújo, influenciados pelos ideais de Olavo de Carvalho, ditam seus argumentos e narrativas no plano internacional a partir três pilares: antiglobalismo, anticomunismo e nacionalismo religioso, ideologias que questionam a ordem global (CASARÕES; FARIAS, 2021). Araújo, em seu discurso de posse, apresentou como linhas gerais da sua atuação: uma política externa livre de ideologia, antiglobalista, seguindo a onda dos atuais movimentos populistas de extrema-direita no cenário internacional.

Constantemente, essa ideia antiglobalista fez com que o Brasil tomasse uma postura pró-Occidente, concedendo interesses nacionais para agradar Trump – que supostamente deveria ser agradado, pois estaria travando uma guerra cultural contra o Globalismo. Seria dessa lógica antiglobalista que o Populismo, enquanto ontologia da política (LACLAU, 2005), se manifestaria no processo de tomada de decisão da política brasileira desse período.

Um exemplo deste processo, ainda no campo da política externa e muito relacionado com o ambiente regional é a clara rejeição que Ernesto Araújo e, principalmente, Jair Bolsonaro têm ao multilateralismo e à integração regional. Voltando a análise ao seu discurso de posse, Araújo argumentou que os conceitos de multilateralismo, intergovernamentalismo, governança global e valores universais, apenas escondem os blocos regionais e disfarçam a pressão da ONU por supranacionalismo e governo (MAGALHÃES; THOMAZ, 2021). Dessa forma, a natureza intergovernamental da Unasul e do Mercosul, que baseiam seus procedimentos decisórios no consenso, vão contra ao que Ernesto Araújo e o antiglobalismo acreditam, por exemplo – não à toa Bolsonaro foi um ator ativo para a inviabilização da Unasul. Portanto, o antiglobalismo serviria como catalisador, gerando incertezas sobre o papel do Brasil nas instituições sul-americanas e globais. Logo, antiglobalistas alimentariam um ressentimento muito grande contra democracias que apoiam o multilateralismo e o regionalismo, visto que eles consideram as instituições internacionais como locais em que o ‘Marxismo Cultural’ é difundido, o que resultaria no desaparecimento dos Estados-nação, em uma quixotesca chegada do Socialismo em um governo mundial (MAGALHÃES; THOMAZ, 2021).

Sendo assim, entende-se que essa lógica articulada por Jair Bolsonaro e movimentos de extrema-direita simpáticos ao seu governo não se reflete na consolidação de um bloco histórico alternativo, não representando a mobilização de forças contra-hegemônicas. Argumentamos que o atual governo brasileiro é uma espécie de reação autoritária que o próprio neoliberalismo evoca. Seria o produto dos efeitos degradantes do neoliberalismo e, na medida que são oriundos deste, nunca articularam o interesse de romper com a influência das elites que eles mesmos demonizam. Ao contrário do que deveria ser, não são propostos esboços de alternativas – por vias democráticas – para o Brasil, radicalizando as narrativas e o cenário político do país, assegurando a lógica populista de extrema-direita, marca registrada do presidente.

Considerações finais

A atual configuração do capitalismo contemporâneo, onde a financeirização desempenha um papel político, econômico e intelectual fundamental de blindar elites capitalistas transnacionais de críticas e revoltas diretas, garante uma ordem hegemônica robusta e resiliente, capaz de cooptar coletividades nacionais antagônicas que fortalecem o *status quo*. O caso brasileiro é particularmente sintomático desta conjuntura, no sentido de que, pelo menos desde o início dos anos 2010, foi possível verificar como um conjunto de forças reacionárias ascenderam no âmbito da sociedade civil e política, contribuindo para consolidação do atual governo de Jair Bolsonaro. Estas forças, por sua vez, atuam de forma contraditória, na medida em que discursivamente se opõem ao *status quo* 'globalista', mas fortalecem a penetração de grupos capitalistas transnacionais através de medidas neoliberalizantes. Ao defenderem a sua cruzada ao globalismo, na verdade, acabam abraçando os frutos da globalização.

Desta forma, entendemos que esta ascensão de movimentos de extrema-direita no contexto político brasileiro não estabeleceu as bases para resistência aos efeitos da globalização e da formação de um bloco histórico alternativo. A partir do panorama conceitual oferecido pela TCN, foi possível desvelar alguns dos processos que contribuíram para a ascensão da atual extrema-direita brasileira e de que forma eles se inserem em um contexto de crise da ordem mundial liberal e da globalização. A partir dos aportes teóricos da TCN, bem como da literatura brasileira crítica acerca da referida crise, foi verificada uma convergência de interesses entre setores da sociedade brasileira e empresas transnacionais estrangeiras, contribuindo para a manutenção de um bloco histórico alinhado com as dinâmicas da ordem neoliberal posta e ascendida desde os anos 1990.

Referências

- BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. A critical theory route to hegemony, world order and historical change: neo-Gramscian perspectives in International Relations. **Capital & Class**, v. 28, p. 85-113, mar./2004.
- BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal capitalism: The authoritarian turn. **Socialist register**, v. 55, p. 247-70, 2019.
- BROWN, Wendy. Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian freedom in twenty-first century "democracies". **Critical Times**, v. 1, n. 1, p. 60-79, 2018.
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e; FARIAS, Déborah Barros Leal. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, p. 1-21, 2021.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional do Brasil: formação dos conceitos brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 312 p.
- COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millenium**, Londres, v. 10, n. 2, p. 126-155, jun./1981.
- COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium**, Londres, v. 12, n. 2, p. 162-175, jun./1983.
- COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. Cambridge University Press, 1996.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **The new way of the world: On neoliberal society**. Verso Books, 2013.

- FERREIRA, Marcos F. Introducing Critical Theory in International Relations. **E-International Relations**, [s.l], p. 1-5, 18 fev. 2018.
- GILL, Stephen. **Power and Resistance in the New World Order**. 2. ed. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2008.
- GINDIN, Sam; PANITCH, Leo. **The making of global capitalism**. Verso Books, 2012.
- GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks**. Translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 1971.
- HARVEY, David. In what ways is 'the new imperialism' really new?. **Historical Materialism**, v. 15, n. 3, p. 57-70, 2007.
- IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. 12 Edição. **Civilização Brasileira**, 2004.
- JABBOUR, Elias; PINTO, Eduardo Costa; DANTAS, Alexis. Notas sobre a reconstrução do Brasil. *Texto para Discussão*, **Instituto de Economia da UFRJ**, n. 5, 2022.
- LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. Verso, 2005.
- MAGALHÃES, Diego T; THOMAZ, Laís F. The Conspiracy-Myth Diplomacy: anti-globalism vs pragmatism in Bolsonaro's foreign policy for South American integration. **Oikos**, v. 20, n. 3, 2021, p. 52-73.
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

- PAULA, Luiz Fernando de; MOURA, Rafael. "A Operação Lava Jato e as mudanças na gestão da Petrobras: uma avaliação dos impactos econômicos gerais e locais". *In*: ALONSO JR, Antônio; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli; AUGUSTO JR, Fausto. **Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PINTO, Eduardo Costa *et al.* A Guerra de Todos Contra Todos: a crise brasileira. **XXII Encontro Nacional de Economia Política**, 2017.
- RAMOS, Leonardo César Souza. **A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana**. 2005. 219 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2005.
- ROBINSON, William I. Gramsci and globalisation: from nation-state to transnational hegemony. **Critical review of international social and political philosophy**, v. 8, n. 4, p. 559-574, 2005.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno Crh**, [S.L.], v. 27, n. 71, p. 417-429, ago. 2014.
- SINCLAIR, Timothy J. Beyond international relations theory: Robert W. Cox and approaches to world order. *In*: COX, Robert W. **Approaches to World Order**. Reino Unido: Cambridge University Press. 1996. p. 3-18.